

FRAGMENTOS DO TEMPO: CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E CULTURA ENTRE O ONTEM E O HOJE

Organizadores

Altamir Botoso

Victor Finkler Lachowski

Samir Gid



Editora Coletivo Cine-Fórum®

2025

Realização:

Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Apoio:

Programa de Pós-Graduação em Cinema e Artes do Vídeo da Universidade Estadual do Paraná
Núcleo de Ensino de Línguas da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Parceria:

Editora Nova Fronteira
Sebo Touché Livros
Editora Aleph

ISBN: 978-65-83315-06-9

DOI: <http://doi.org/10.63418/ccf-978-65-83315-06-9>

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Fragmentos do tempo [livro eletrônico] : ciência, educação e cultura entre o ontem e o hoje / organizadores Altamir Botoso, Victor Finkler Lachowski, Samir Gid. -- 1. ed. -- Goiânia, GO : Coletivo Cine-Fórum, 2025.

PDF

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-83315-06-9

1. Aprendizagem - Aspectos sociais 2. Cultura e sociedade 3. Educação e ciência 4. Educação e cultura 5. Identidade I. Botoso, Altamir. II. Lachowski, Victor Finkler. III. Gid, Samir.

25-288297

CDD-370.9

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação e cultura 370.9

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

As opiniões expressas pelos autores pertencem a eles e não refletem necessariamente a opinião do Conselho Editorial ou da Editora.

Todos os direitos são reservados. Autorizamos a reprodução parcial desta obra, para fins acadêmicos, desde que citada a fonte.

Proibido qualquer uso para fins comerciais.

Direitos reservados a EDITORA COLETIVO CINE-FÓRUM®
Editora Científica Sem Fins Lucrativos com Comitê Científico

Goiânia, Goiás

editora@coletivocineforum.com

www.coletivocineforum.com/livros

FENÔMENOS NÃO IDENTIFICADOS, METEOROS E SATÉLITES

Sergio Augusto Medeiros

INTRODUÇÃO

Os objetos que possivelmente transitaram pelo espaço aéreo nacional, sejam corpos artificiais de origem antropogênica, entidades meteóricas de procedência natural ou fenômenos de etiologia indeterminada, ultrapassam sua materialidade objetiva para assumir funções alegóricas dentro de complexos sistemas de significação. Este artigo propõe-se a uma descrição crítica dessas manifestações celestes enquanto significantes de rupturas, vulnerabilidades e imaginações simbólicas.

O símbolo define-se como pertencente à categoria do signo. Mas a maior parte dos signos são apenas subterfúgios de economia, que remetem para um significado que poderia estar presente ou ser verificado. Assim, um sinal previne simplesmente sobre a presença do objecto que representa. Do mesmo modo, uma palavra, uma sigla, um algoritmo substituem economicamente uma extensa definição conceptual (Durand, 1988, p.8).

A problematização que norteia essa investigação centra-se na indagação de como diferentes tipologias de objetos celestes observados no espaço aéreo brasileiro com ênfase em satélites artificiais, corpos meteóricos e fenômenos aeroespaciais não identificados operam como catalisadores visíveis de tensões sociopolíticas, portanto, investiga-se de que maneira a presença, trânsito ou queda desses objetos manifesta, reflete e amplifica o imaginário coletivo, examinando-os em casos emblemáticos ocorridos entre 1952 e 2021.

Metodologicamente, a investigação situa-se no protótipo interpretativo, adotando uma abordagem de cunho fenomenológico. O método de procedimento configura-se como analítico e descreve seis casos selecionados por sua representatividade histórica e densidade documental, dentre eles: as fotografias da Barra da Tijuca (1952); os avistamentos fotográficos da Ilha da Trindade (1958); a Operação Prato (1977-1978); o caso Varginha (1996); a Missão Amazonia-1 (2021); e o meteoro do Paraná (2021).

A partir disso, correlacionam-se padrões recorrentes nas construções narrativas e interpretações institucionais elaborando um quadro teórico-prático que permite compreender esses fenômenos como linguagens visíveis de transformações culturais.

As hipóteses orientadoras sustentam que os objetos celestes se manifestam em momentos específicos e funcionam como símbolo inovador, nos períodos em que as

instituições buscaram ou não controlar, monitorar ou explicar esses fenômenos. Esses objetos transmutam em significantes flutuantes, cristalizando ansiedades coletivas e inscrevendo no espaço as fraturas e descontinuidades narrativas. A coleta de dados alicerçou-se em uma investigação documental multifacetada, contemplando uma compilação heterogênea composta por documentos oficiais de instituições específicas e materiais hemerográficos referentes aos eventos analisados, bem como produções posteriores que assimilaram ou ressignificaram os fenômenos.

O aparato teórico que subsidia a análise estrutura-se na confluência entre a “antropologia do imaginário” (Durand, 1997) e as elaborações acerca da visualidade fotográfica enquanto significante, além de estudos às contendas territoriais contemporâneas. Essa interdisciplinaridade possibilita analisar as camadas simbólicas subjacentes à emergência dos fenômenos celestes como índices de inquietações coletivas e tensionamentos sociopolíticos, desvelando como o espaço sideral converte-se em palimpsesto onde se inscrevem as vicissitudes e fraturas do tempo.

Os resultados dessa investigação apresentarão duas vertentes analíticas complementares. Primeiramente, mediante uma exegese pormenorizada dos casos selecionados, escrutinando suas singularidades contextuais, materialidades documentais e horizontes interpretativos. Paralelamente, desenvolver-se-á uma práxis (Figura 1) que identificará isomorfismos estruturais, dissonâncias significativas e nexos relacionais dos fenômenos celestes, buscando desvelar como cada categoria de objeto celeste mobiliza artifícios particulares e entrelaça-se com constelações distintas do imaginário coletivo.

Figura 1 – Fotografia de Documentos Selecionados



Fonte: Do autor

ESTUDO DOS CASOS

A investigação dos fenômenos celestes documentados no território brasileiro revela configurações simbólicas complexas que extrapolam sua materialidade factual. Para isso, procedeu-se à análise dos casos selecionados, explorando suas dimensões documentais, contextuais e alegóricas, para posteriormente elaborar um exercício teórico-prático que evidencie seus padrões estruturantes significativos.

A trajetória cronológica desses fenômenos inicia-se em maio de 1952, quando o fotógrafo Ed Keffel, acompanhado do repórter João Martins, ambos da revista *O Cruzeiro*, produziu uma sequência de fotografias de um objeto discoidal sobrevoando a região da Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro. Essas imagens, publicadas com grande destaque na mais influente revista ilustrada brasileira da época, tornaram-se referências visuais definidoras na cultura nacional sobre objetos voadores não identificados, ou na terminologia mais recente Fenômenos Anômalos Não Identificados (UAPs). A particularidade documental desse caso residiu em seu caráter explicitamente midiático desde sua origem, nas quais as imagens foram produzidas por profissionais da imprensa e imediatamente inseridas em circuitos comerciais de disseminação visual massiva.

Ao longo do ano 1952, *O Cruzeiro* continuou publicando grandes reportagens fotográficas sobre discos voadores. Algumas semanas após as fotos da Barra da Tijuca, a revista começou a veicular os capítulos do livro *Os discos voadores existem*, do norte-americano Donald Keyhoe. Ele vinha defendendo que a Força Aérea estadunidense sabia da origem interplanetária, mas mentia deliberadamente para evitar pânico semelhante ao causado por Orson Welles em 1938. O domínio das bombas nucleares, ele especulava, podia ter despertado a preocupação dos habitantes de um planeta vizinho, como Marte e Vênus (Santos, 2017, p. 293).

As fotografias de Keffel foram publicadas em um momento singular da modernização brasileira, o segundo governo Vargas (1951-1954), caracterizado pela aceleração industrial, expansão urbana e tensões entre projetos nacionalistas e dependências externas. A captura fotográfica do objeto não-identificado materializa, assim, as ambivalências de um projeto nacional atravessado por descontinuidades, onde o desejo de controle territorial e soberania tecnológica coexistia com percepções de vulnerabilidade frente a forças externas. “*O Cruzeiro*” constituiu-se como a principal plataforma de construção visual da modernidade brasileira, integrando o conglomerado midiático dos *Diários Associados* de Assis Chateaubriand.

Com o intuito de reafirmar o papel predominante da imagem sobre o texto, a empresa dos *Diários Associados* investiria, três anos depois do lançamento da revista, na modernização dos equipamentos de impressão, buscando uma melhoria na qualidade da imagem fotográfica. Rapidamente as páginas de *O*

Cruzeiro ganharam cor, a princípio apenas em ilustrações e caricaturas e, bem mais tarde, em fotografias (Mauad, 2005, p. 155).

O caso da Barra da Tijuca revelou como objetos celestes não identificados operam como projeções de ansiedades modernizadoras em contextos de transformação urbana acelerada. As fotografias exemplificaram como a experiência da modernidade brasileira, fundamentalmente, estava sendo mediada por tecnologias visuais, onde o extraordinário (objeto voador não identificado) e o cotidiano (expansão urbana) convergiam em uma mesma superfície.

A construção visual de objetos celestes não identificados como significantes de modernidade tecnológica encontraria continuidade em janeiro de 1958, quando o fotógrafo Almiro Baraúna, embarcado no navio-escola Almirante Saldanha da Marinha brasileira durante uma expedição científica, documentou um objeto não identificado sobrevoando a remota Ilha da Trindade, território insular brasileiro no Atlântico Sul. Essa sequência fotográfica, submetida a extensas análises técnicas pela Marinha e, posteriormente, internacionalmente divulgada. De acordo com o relatório emitido: “Encontrava-me no camarote, nesse momento, e subi imediatamente ao tombadilho, onde encontrei várias pessoas um pouco excitadas com o que haviam visto, entre essas o Sr. Almiro Baraúna, fotógrafo profissional [...]” (Brasil, 1957, p. 12). As imagens de Baraúna inseriram-se em um regime visual específico onde a fotografia analógica operava simultaneamente como potencial evidência científica e objeto de disputas interpretativas sobre autenticidade e manipulação.

O relatório do comandante do Posto Oceanográfico da Ilha da Trindade (POIT), capitão de corveta Carlos Bacellar, incluiu uma descrição dos avistamentos de UAPs na seção intitulada “Ocorrências”. No documento, Bacellar relatou um evento registrado em 1º de janeiro, quando um grupo de aproximadamente vinte homens da guarnição observou um objeto no céu, identificado por alguns como sendo o mesmo avistado anteriormente. O oficial, também atento ao fenômeno, sugeriu a possibilidade de se tratar de uma gaivota, ressaltando a dificuldade de avaliar a profundidade devido ao fundo celeste homogêneo.

Durante o deslocamento na direção nordeste, o objeto emitiu um brilho intenso por uma fração de segundo. Bacellar ponderou sobre duas hipóteses: primeiro, caso fosse uma gaivota, sua velocidade seria elevada, mas plausível; e segundo se tratasse de um objeto desconhecido, sua distância seria considerável, implicando em uma velocidade extraordinária. A incerteza quanto à verdadeira natureza do fenômeno levou a guarnição a não comunicar formalmente ao Estado-Maior da Armada.

De acordo com o relatório do POIT do capitão de corveta Carlos Bacellar, após o fotógrafo baiano Almiro Baraúna afirmar ter registrado imagens de um disco voador, foi

determinado que ele revelasse o filme ainda a bordo. Assim que Baraúna saiu da cabine de revelação improvisada, Bacellar examinou os negativos ainda molhados. O relatório registrou que o oficial observou a olho nu uma "estranha mancha" em três das quatro chapas apresentadas por Baraúna, sem, contudo, mencionar qualquer formato discoidal. O relatório não indicou se foram realizados exames técnicos posteriores nos negativos nem se especialistas analisaram as imagens para determinar sua autenticidade. Essa ausência de documentação detalhada contribuiu para a persistência de dúvidas e debates sobre o episódio, consolidando-o como um dos avistamentos mais controversos registrados na Ilha da Trindade (Borges, 2011).

A transição dos anos 1950 para os anos 1970 testemunhou uma transformação nas modalidades de documentação e institucionalização de fenômenos celestes inexplicados no Brasil. Impulsionado por interesses militares geopolíticos e estratégicos durante o regime militar, o Programa Espacial Brasileiro, iniciado na década de 1960, visava à autonomia tecnológica (Matos, 2021), com a Missão Espacial Completa Brasileira surgindo como o primeiro programa setorial de longo prazo com objetivos definidos, envolvendo instituições-chave como Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e Centro Tecnológico da Aeronáutica (INPE) (Filho, 2000).

Entre setembro de 1977 e janeiro de 1978, a Primeira Zona Aérea da Força Aérea Brasileira mobilizou recursos para investigar uma proliferação de avistamentos anômalos na região do município de Colares, no Pará, que, segundo relatos locais, frequentemente interagem fisicamente com a população ribeirinha. Essa operação militar oficial, denominada Operação Prato, constituiu, até aquele período, o procedimento investigativo mais extensivamente documentado sobre fenômenos aeroespaciais inexplicados conduzido pelas Forças Armadas brasileiras.

A análise da documentação oficial, composta por páginas de relatórios, fotografias e horas de filmagens, demonstrou a excepcionalidade procedimental dessa operação. Sob o comando do então Capitão Uyrangê Bolívar Soares Nogueira, a missão catalogou sistematicamente as ocorrências que desafiavam parâmetros convencionais de identificação aeronáutica, incluindo objetos luminosos que manifestavam capacidades cinéticas incompatíveis com a tecnologia aeroespacial contemporânea.

A transcrição de depoimentos coletados durante a operação evidenciou um fenômeno localmente denominado "chupa-chupa", caracterizado por interações entre luzes de origem indeterminada e corpos humanos. Em 1977, o incidente "chupa-chupa" em Colares, Pará, ganhou significativa cobertura da mídia, pois os moradores relataram encontros com luzes misteriosas que supostamente paralisaram as vítimas (Fernandes, 2017).

A Operação Prato deve ser compreendida no contexto específico de implementação de projetos desenvolvimentistas durante o período militar, como o Programa de Integração Nacional e a rodovia Transamazônica. A região de Colares, situada na zona estuarina amazônica, representava um microcosmo de tensões territoriais, em que, historicamente, constituíam-se como zonas de contato e fricção, onde a autoridade estatal manifestava-se de maneira intermitente e contestada, gerando interstícios propícios à emergência de narrativas alternativas sobre território e pertencimento em meio a conflitos socioambientais (Macedo et al., 2018).

A operação evidenciou como fenômenos celestes inexplicados podem mobilizar complexas respostas institucionais sobre controle territorial e soberania nacional. A investigação militar na Amazônia produziu preocupações como vulnerabilidade epistêmica, incapacidade institucional de categorizar definitivamente os fenômenos observados e limitações dos sistemas classificatórios estatais quando confrontados com manifestações que transcendem taxonomias convencionais. A documentação produzida durante a operação, posteriormente submetida a extensos períodos de classificação sigilosa, demonstrou como o Estado simultaneamente ocultou evidências de fenômenos que desestabilizam narrativas hegemônicas sobre controle tecnológico e territorial. Essa mobilização das forças armadas para investigar ocorrências luminosas expõe as fissuras no aparato de vigilância estatal, anunciando como espaços do território nacional transformam-se em manifestações resistentes à catalogação oficial.

A consolidação democrática brasileira pós-autoritária testemunharia uma nova modalidade de fenômeno celeste como catalisador de ansiedades coletivas. Em janeiro de 1996, uma série de relatos sobre a suposta queda de um objeto voador não identificado e posterior captura de entidades extraterrestres na cidade de Varginha (MG), gerou intensa mobilização midiática nacional e internacional. Esse episódio, frequentemente denominado "Incidente de Varginha", evidenciou dinâmicas entre instituições militares, comunidades locais e circuitos midiáticos. A cadeia dos eventos foi apresentada no artigo escrito por Claudeir Covo, na revista Planeta em setembro do mesmo ano, criando a atmosfera dos fenômenos incomuns e as movimentações militares, cujos detalhes levantavam questionamentos sobre a natureza desses fenômenos e as possíveis implicações governamentais.

No dia 20 de janeiro, por volta das 1h30, um objeto voador não identificado foi avistado sobrevoando uma fazenda em Varginha, a apenas 5 metros do solo, iniciando uma série de ocorrências que despertaram o interesse da população local e das autoridades. Às 8h30 do mesmo dia, bombeiros receberam um telefonema anônimo solicitando a captura de um "animal", o que indicaria uma tentativa de interceptação ou contenção de uma criatura

desconhecida. Às 14h, uma testemunha civil relatou a movimentação de militares, o que sugeriu uma segunda captura de seres estranhos. No final da tarde, às 15h30, as jovens Kátia, Liliane e Valquíria afirmaram ter avistado um estranho ser, reforçando a natureza misteriosa do incidente. Às 17h do mesmo dia, uma forte chuva atingiu a região e a Polícia Militar iniciou uma varredura nas proximidades, resultando na captura de uma quarta criatura. No dia seguinte, 21 de janeiro, uma das criaturas capturadas foi transferida do Hospital Regional para o Hospital Humanitas. Posteriormente, caminhões da Escola de Sargentos das Armas (ESA) iniciaram a retirada das criaturas do hospital, o que intensificou as suspeitas de envolvimento de autoridades militares no caso.

Em 23 de janeiro, um comboio especial transportou as criaturas para a Escola Preparatória de Cadetes do Exército, em Campinas, e logo em seguida, elas foram levadas para instalações da Universidade Estadual de Campinas. Esse transporte foi coordenado por militares, incluindo o tenente-coronel Olímpio Wanderley dos Santos e outros oficiais de destaque, como o capitão Ramires e o tenente Tibério da Polícia do Exército. A operação envolveu um grande sigilo e uma logística militar precisa, indicando uma grande preocupação com a segurança e o controle da informação.

O relato também mencionava os eventos ocorridos em abril e maio de 1996, como o avistamento de um "estranho animal" por Dona Terezinha e a tentativa de suborno das jovens Kátia e Liliane por quatro homens desconhecidos. Esses acontecimentos indicavam a continuidade da pressão sobre testemunhas e o esforço em controlar o fluxo de informações. Além disso, o acordo de cooperação espacial, firmado entre o Brasil e os Estados Unidos, e as visitas de autoridades da *National Aeronautics and Space Administration* (NASA) e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais em 1996, ampliaram a dimensão internacional do caso, vinculando-o a questões geopolíticas e tecnológicas no campo da exploração espacial.

A década de 1990 foi marcada pelos debates sobre transparência institucional, acesso a arquivos do período ditatorial e responsabilização por violações de direitos humanos. Simultaneamente, a cultura popular global experimentava o auge de produções ficcionais sobre contatos extraterrestres e conspirações governamentais, como a série televisiva "Arquivo X" (1993-2002), criando um contexto receptivo para narrativas sobre ocultações institucionais de evidências sobre fenômenos inexplicados.

O caso Varginha exemplifica como relatos sobre quedas de objetos celestes não identificados e subsequentes interações com entidades não-humanas mobilizaram ansiedades específicas com descrições das supostas entidades capturadas, muitas vezes descritas com pequenas, vulneráveis e submetidas a intervenções, funcionando como projeções deslocadas para corpos não-humanos. As negações oficiais e alegações de ocultação de evidências

espelhavam tensões pós-autoritárias mais amplas sobre o direito à verdade, acesso a informações institucionais e responsabilização das ações estatais.

A repercussão internacional do caso demonstrou como narrativas locais sobre fenômenos celestes inexplicados inserem-se em circuitos globais de significação, adquirindo valências distintas quando provenientes de países com históricos autoritários recentes. A persistência cultural do caso Varginha, apesar (ou por causa) da ausência de documentação oficial confirmatória, operou como dispositivo discursivo na elaboração de traumas coletivos, onde a figura do "alienígena" permitiu projetar alteridade, vigilância e crença popular. A maneira como essas imagens foram articuladas nas narrativas sociais, especialmente no imaginário coletivo, reflete um processo simbólico que vai além da simples representação, incorporando uma estrutura de negação e inversão dos papéis estabelecidos. Nesse contexto, a inversão estrutural gerada pela duplicação da negação desempenha um papel crucial no processo de contínuo redobramento das imagens, ampliando sua presença no conteúdo imaginário (Durand, 2012).

Esse fenômeno não se limita à representação, expandindo-se para todo o conteúdo imaginário, isso resulta, por exemplo, na figura recorrente dos fantasmas do "engolidor engolido" (Durand, 2012), que surge inicialmente de uma comutação, onde o homem passa a engolir o animal, como ilustrado nas mitologias que retrataram uma fauna estoica com seres como sapos, lagartos, peixes, serpentes e ratos, listados por filósofos e mitógrafos.

Os desdobramentos históricos e epistemológicos das interações entre objetos celestes e o território nacional brasileiro não se restringiriam, contudo, à manifestação de fenômenos não identificados e suas subsequentes interpretações institucionais ou populares. A virada do século XXI traria consigo a transformação estrutural da própria ontologia dessas relações, deslocando-se da posição passiva de mera recepção ou detecção de objetos exógenos para uma postura ativa de produção e operacionalização de artefatos orbitais autóctones. Essa reconfiguração consolidou-se decisivamente em 28 de fevereiro de 2021, com o lançamento do satélite Amazonia 1, uma materialização tangível da primeira missão de sensoriamento remoto integralmente concebida, desenvolvida e operada sob égide nacional (INPE, 2021).

O Amazonia 1 representa uma inflexão significativa na relação entre território nacional e objetos celestes, anteriormente analisada. Diferentemente dos fenômenos não identificados, esse satélite se configurou como um dispositivo tecnocientífico com a função de monitorar o desmatamento na Amazônia, funcionando como um instrumento de vigilância autônoma. Esse processo reverte o tradicional vetor de observação que caracterizou os casos anteriores.

A constituição material do Amazonia-1 como primeiro satélite estabilizado em três eixos integralmente desenvolvido no país, utilizando a Plataforma Multi-Missão nacional, consolidou

outras aspirações tecnológicas nacionais historicamente frustradas. A análise dessa documentação incorporou preocupações geopolíticas específicas em sua própria materialidade. Sua capacidade de imageamento completo do território nacional a cada cinco dias, com resolução espacial de aproximadamente 64 metros, transformou o que antes era percebido como espaço vulnerável em objeto de escrutínio sistemático (INPE, 2021). As imagens produzidas pela câmera *Wide Field Imaging Camera*, desenvolvida pela indústria nacional em parceria com o INPE, que são disponibilizadas gratuitamente na internet, constituem um regime visual democratizado que amplia o acesso público ao sensoriamento remoto nacional. A órbita polar sol-síncrona do satélite a aproximadamente 750 km de altitude, cruzando o Equador terrestre às 10:30 da manhã no sentido norte-sul, reposiciona o Brasil na cartografia tecnológica global, estabelecendo uma infraestrutura orbital própria justamente quando manifestações celestes naturais continuariam a atravessar o espaço aéreo brasileiro.

Poucos meses após o lançamento do Amazonia-1, em 08 de julho de 2021, um meteoro atravessou os céus dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, sendo observado e registrado por milhares de testemunhas através de múltiplas plataformas tecnológicas. Esse evento astronômico natural distinguiu-se dos demais casos analisados por sua etiologia definitivamente não antropogênica, apresentando características físicas precisamente mensuráveis. As análises científicas conduzidas pelo Rede Brasileira de Observação de Meteoros classificaram o fenômeno como meteoróide que adentrou a atmosfera terrestre com um ângulo de 20,3° em relação ao solo, começando a brilhar a 97,1 km de altitude, sobre o município de Jaguariaíva, no Paraná. Ele se deslocou a uma velocidade de 71,7 mil km/h, percorrendo 126,6 km em apenas 6,4 segundos, e desapareceu a 53,0 km de altitude, sobre Imbituva, também no Paraná (Zurita, 2021). A particularidade documental desse caso reside na multiplicidade descentralizada de seus registros, com câmeras de vigilância pública e privada, *smartphones* de cidadãos e estações astronômicas amadoras, que capturaram o fenômeno simultaneamente, gerando um *corpus* visual sem precedentes na história observacional brasileira.

O meteoro do Paraná manifestou-se em um momento de profunda transformação nas modalidades de registro e circulação de imagens no Brasil, caracterizando-se pela massificação de dispositivos de captura visual e pela consolidação de plataformas digitais de compartilhamento instantâneo. A proliferação de registros visuais amadores de fenômenos astronômicos coincide com a erosão de autoridades epistêmicas tradicionais e a emergência de comunidades interpretativas descentralizadas, frequentemente organizadas em torno de ansiedades apocalípticas e narrativas conspiratórias.

A selva consiste em objetos culturais, portanto de objetos que contém intenções determinadas. Tais objetos intencionalmente produzidos vedam ao fotógrafo a visão da caça. E cada fotógrafo é vedado à sua maneira. Os caminhos tortuosos do fotógrafo visam a driblar as intenções escondidas nos objetos. Ao fotografar, ele avança contra as intenções da sua cultura. Por isto, fotografar é gesto diferente, conforme ocorra selva de cidade ocidental ou cidade subdesenvolvida, em sala de estar em campo cultivado. Decifrar fotografias implicaria, entre outras coisas, o deciframento das condições culturais dribladas (Flusser, 1985, p. 29).

O meteoro do Paraná, como objeto celeste natural capturado por tecnologias distribuídas, registrou transformações significativas na relação entre fenômenos astronômicos e construções socioculturais. Diferentemente dos objetos artificiais ou não identificados, o meteoro reintroduz a dimensão de forças naturais cósmicas que transcendem disputas geopolíticas humanas, evidenciando a inserção do território nacional em escalas astronômicas que relativizam fronteiras políticas. A espetacularidade do meteoro, amplificada por sua disseminação digital massiva, contrasta com a inacessibilidade visual que caracterizou casos históricos anteriores, frequentemente restritos a testemunhas limitadas que foram submetidos a controles institucionais e ao imaginário coletivo.

INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

A interpretação dos dados permitiu compreender como diferentes objetos celestes são avistados em territórios classificáveis à condição liminar ou estratégica: a região amazônica da Operação Prato; a isolada Ilha da Trindade; a fronteira de expansão urbana da Barra da Tijuca; a cidade interiorana de Varginha.

Todas essas classificações parecem-nos pecar por um positivismo objetivo que tenta motivar os símbolos unicamente com a ajuda de dados extrínsecos à consciência imaginante e estão, no fundo, obcecadas por uma explicação utensiliária da semântica imaginária. Fenômenos astrais e meteorológicos, elementos de uma física grosseira de primeira instância, funções sociais e pressões da história, todas essas explicações que, ao rigor, podem legitimar esta ou aquela adaptação do comportamento, da percepção e das técnicas, não dão conta dessa potência fundamental dos símbolos que é a de ligarem, para lá das contradições naturais, os elementos inconciliáveis, as compartimentações sociais e as segregações dos períodos da história (Durand, 1997, p.38).

A própria materialidade desses objetos descritos como transgredindo leis físicas convencionais ou manifestando capacidades tecnológicas aparentemente impossíveis, espelham formalmente as transgressões e rupturas que caracterizam períodos de transformação sociopolítica acelerada. Observa-se, então, a evolução nos regimes de visibilidade e documentação dos fenômenos analisados: da fotografia analógica profissional (Barra da Tijuca, Ilha da Trindade), passando pela documentação militar sistemática (Operação

Prato) até a multiplicidade descentralizada de registros digitais contemporâneos (Missão Amazonia-1 e Meteoro do Paraná).

Em relação as economias visuais brasileiras e globais, as mudanças dos regimes documentais refletem a democratização tecnológica dos meios de registro, erosão de monopólios institucionais sobre produção e circulação de imagens além da emergência de comunidades interpretativas descentralizadas organizadas em torno de interesses específicos. Essa perspectiva evidencia como os objetos celestes inexplicados estão simultaneamente entrelaçados às construções tecnoculturais mediadas por dispositivos de visualização.

Cada fenômeno, em seu contexto específico, operou simultaneamente como evento físico observável e como dispositivo simbólico para elaboração de tensões sociopolíticas contemporâneas. Essa dupla natureza entre materialidade factual e potência alegórica demonstrou que objetos que transitam pelo espaço aéreo mobilizam complexos sistemas de significação que transcendem debates redutores sobre sua realidade objetiva para manifestar sua incontestável eficácia simbólica como catalisadores de narrativas sobre soberania, vulnerabilidade e pertencimento nacional.

As diferentes categorias de objetos celestes, sejam satélites artificiais, meteoros naturais ou fenômenos não identificados, funcionam como elementos significantes em uma semiótica geopolítica, que surgem em momentos históricos específicos como manifestações das vulnerabilidades territoriais, reconfigurações sociopolíticas ou fronteiras de expansão urbana, como os fenômenos na Barra da Tijuca, no território insular estratégico da Ilha da Trindade, na região amazônica periférica durante a Operação Prato e na cidade interiorana de Varginha durante a consolidação democrática, ou massificados na Missão Amazonia 1 e na região sul atravessada pelo meteoro do Paraná, em momento de crescente polarização política.

A distribuição geográfica da ocorrência desses fenômenos celestes inexplicados, correlaciona-se inversamente com a densidade histórica da presença estatal consolidada, manifestando-se preferencialmente em zonas de fronteira, territórios periféricos ou espaços em transformação acelerada. A correlação topográfica confirma a hipótese inicial de que objetos celestes funcionam como projeções visuais de tensões territoriais. Como discute Ioris (2018), a produção de fronteiras é fundamental para a circulação e acumulação de capital, servindo como um laboratório para agência histórica e geográfica.

Particularmente, as diferentes categorias de objetos celestes evidenciam a predominância de ansiedades desenvolvimentistas sobre modernização tecnológica e aspirações de soberania em contexto de dependência estrutural, bem como os fenômenos luminosos interativos documentados durante a Operação Prato manifestam preocupações com vigilância não autorizada e vulnerabilidade territorial em regiões específicas. As supostas

entidades “biológicas” não-humanas em Varginha funcionam como deslocamentos metafóricos que tangenciam, atualmente, o turismo local, assim como o satélite Amazonia-1 e meteoro do Paraná, que foram massivamente registrados por tecnologias descentralizadas, expressando as transformações nos regimes de visibilidade e aspirações apocalípticas contemporâneas.

O Amazonia-1 instituiu, assim, uma dupla reversão simbólica sobre a relação entre tecnologias de visualidade e poder, onde o objeto observado, o Brasil, transmutou-se em sujeito observador, isto é, de receptor passivo de tecnologias estrangeiras para produtor de conhecimento e imageamento territorial autônomo. Essa reversão não elimina completamente as tensões geopolíticas expressas nos casos anteriormente analisados, mas as reconfigura em novos termos, onde a aspiração por soberania tecnológica manifesta-se concretamente através da operacionalização de dispositivos orbitais próprios.

Embora meteoros, como o ocorrido no Paraná em 2021, sejam eventos astronômicos naturais, sua interpretação e impacto social podem inseri-los em um contexto geopolítico, especialmente quando acontecem em períodos de tensão internacional ou em territórios estratégicos. Ao longo da história, a observação de corpos celestes inesperados foi, por vezes, confundida com testes militares, incursões ou ataques estrangeiros, mobilizando respostas governamentais e alimentando teorias conspiratórias.

A potência simbólica de objetos visuais não reside, necessariamente, em sua origem material, mas em sua capacidade de condensar e tornar visíveis tensões sociais latentes. Esses objetos operam como superfícies de projeção para ansiedades coletivas que, muitas vezes, escapam à articulação dos discursos convencionais. Diante disso, impõe-se a necessidade de registros que reconheçam, simultaneamente, a materialidade objetiva dessas imagens e seu funcionamento enquanto dispositivo simbólico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A observação dos fenômenos celestes documentados no território brasileiro entre 1952 e 2021 elucida como estes objetos, sejam satélites artificiais, meteoros naturais ou fenômenos não identificados, operaram simultaneamente como eventos físicos observáveis e como potentes dispositivos simbólicos para materialização visual, vulnerabilidades e reconfigurações geopolíticas em momentos históricos específicos. Os resultados obtidos confirmam os objetivos propostos, demonstrando correlações significativas entre diferentes categorias de objetos celestes e tensões sociais historicamente situadas.

Conforme proposto em nosso objetivo precípua, a investigação demonstrou que objetos celestes funcionam efetivamente como signos de ruptura, materializando tensões difíceis de

articular explicitamente através de discursos políticos convencionais, como os discutidos a partir dos registros documentais e fotográficos dos fenômenos da Barra da Tijuca (1952), os avistamentos da Ilha da Trindade (1958), a Operação Prato (1977-1978), o incidente de Varginha (1996), a Missão Amazonia-1 e o meteoro do Paraná (2021).

A constelação dos casos analisados, distribuídos ao longo de mais de seis décadas, constituiu um arquivo abrangente de fenômenos celestes documentados, mapeando sistematicamente as transformações nas relações entre o território nacional e tecnologias de visualidade, o que permitiu classificar sua múltipla dimensão metafórica e geopolítica.

REFERÊNCIAS

BORGES, Alexandre de Carvalho. **Caso Ilha da Trindade: documentos sigilosos são revelados**. Além da Ciência. Disponível em: <https://www.alemdaciencia.com/caso-ilha-da-trindade-documentos-sigilosos-sao-revelados-parte-1/>. Acesso em: 8 fev. 2025.

SCHRAMM, João. **Uma análise do estado da arte das pesquisas sobre fenômenos aéreos não identificados: limites, tendências e contribuições epistemológicas**. Em Tempo de Histórias, v. 1, n. 34, p. 39–63, 2019.

BRASIL. Ministério da Marinha. **Comando do Primeiro Distrito Naval. Relatório de fim de comissão POIT Objeto voador não identificado**. Relatório de Fim de Comissão, Posto Oceanográfico da Ilha da Trindade, 1957.

COSTA FILHO, E. de J. **A política científica e tecnológica no setor aeroespacial brasileiro: da institucionalização das atividades ao fim da gestão militar – uma análise do período 1961-1993**. Dissertação (Mestrado em Política Científica e Tecnológica) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, 2000.

DURAND, Gilbert. **A Imaginação Simbólica**. São Paulo: Cultrix, 1988.

DURAND, Gilbert. **As estruturas antropológicas do imaginário: introdução à arqueologia geral**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

DUARTE, T. R.; PIMENTA, A. C. S. **O meteoro de Curitiba e a crise de autoridade epistêmica na era digital**. Revista Sociedade e Estado, Brasília, v. 32, n. 2, p. 112-131, 2017.

FERNANDES, P. S. de P.; BARBOSA, M. C. **O pavor do desconhecido na Amazônia: os relatórios militares e os sobreviventes do fenômeno chupa-chupa**. Revista Brasileira de História da Mídia, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 110-129, 2022.

FERNANDES, P. S. de P. **Luzes misteriosas cruzam os céus da Amazônia: memória e imaginário no fenômeno chupam-chupa**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

IORIS, A. A. R. **Centralidade da fronteira: ensaio sobre a origem e evolução de fronteiras sócio-espaciais**. Revista Territórios e Fronteiras, Cuiabá, v. 11, n. 2, p. 23–41, 2018.

FLUSSER, V. **Filosofia da Caixa Preta**. Ensaios para uma futura filosofia da fotografia. Editora Hucitec: São Paulo, 1985

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE). **AMAZONIA 1: Descritivo da Missão e do Satélite**. São José dos Campos: INPE, 2021.

MARTINS, João. **Disco voador sobrevoa o Almirante Saldanha**. O Cruzeiro, Rio de Janeiro, n. 21, p. 4-14, 08 mar. 1958.

MACEDO, T. et al. PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia: encruzilhada civilizatória, tensões territoriais em curso**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017. Novos Cadernos NAEA, v. 21, n. 3, p. 269-279, 2018.

MATOS, P. de O. **Geopolítica e programa espacial brasileiro: da busca pela autonomia ao Acordo de Salvaguardas Tecnológicas**. Revista Brasileira de Estudos Estratégicos, Niterói, v. 13, n. 25, p. 129-145, 2021.

MARTINS, J.; KEFFEL, E. **Uma reportagem de outro mundo**. O Cruzeiro, Rio de Janeiro: 1952.

MAUAD, A. M. **Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX**. Anais do Museu Paulista, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 133-174, 2005.

MENDONÇA, F. A. S. **A Ilha da Trindade como fronteira da Guerra Fria: tensões geopolíticas no Atlântico Sul durante o governo Kubitschek**. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, v. 56, n. 1, p. 169-186, 2013.

SANTOS, R. G. C. dos. **A invenção dos discos voadores: Guerra Fria, imprensa e ciência no Brasil (1947-1958)**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2017.

ZURITA, Marcelo. **A 70 mil km/h, bólido cruzou o céu do Paraná**. BRAMON, 2021. Disponível em: <https://www.bramonmeteor.org/bramon/a-70-mil-km-h-bolido-cruzou-o-ceu-do-parana/>. Acesso em: 10 jan. 2025.